

Aula Inaugural Educação

A troca de cartas (publicadas no JORNAL DO BRASIL) entre uma professora do município e o prefeito Marcelo Alencar é um retrato bastante verdadeiro — e pungente — do estado da educação no Brasil. A professora Angela Caetano faz parte do grupo de idealistas que continua a sustentar a atividade pedagógica, apesar de todos os percalços e decepções. Obteve excelentes resultados nos exames que prestou. Poderia, se quisesse, ter seguido outras carreiras.

Preferiu entrar para o magistério, e trabalha para o município há 15 anos. Seu salário líquido de fevereiro — pouco mais de 5 mil cruzados novos — foi o estopim da carta enviada ao prefeito. A professora achou — com toda razão — que quem fez até curso de especialização na França, e trabalha em atividade essencial, deveria estar mais bem colocada na escala de salários.

O prefeito do Rio de Janeiro respondeu à carta com serenidade e franqueza. Não escamoteou os problemas. Mencionou, com propriedade, o estado da educação no município — um município que, neste e em outros setores, carrega responsabilidades bem superiores às de outros municípios brasileiros. Ao final da carta, o prefeito se declara de mãos atadas para obter modificações reais neste quadro, mas solidário com as reivindicações da professora.

Esses depoimentos precisam ser levados em conta por quem quer que se proponha a mudar o quadro da educação brasileira. O ensino básico aparece como o ponto nevralgico do nosso sistema educacional. Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, tentou-se a ambiciosa experiência dos Cieps. Essa experiência pode despertar simpatias nas suas linhas gerais — manter a criança na escola pela maior parte do dia, com um atendimento às suas diversas necessidades.

Do ponto de vista prático, entretanto, o resultado foi exatamente o que revela a troca de cartas entre prefeito e professora: gastaram-se milhões de dólares na construção de prédios, enquanto a classe dos professores — a própria mão-de-obra dos Cieps — ficou para trás, esquecida, numa situação infinitamente pior que a de alguns anos atrás.

Modificar, realmente, a realidade do ensino brasileiro significa trazer alguma forma de solução para esse problema. Já de algum tempo, vem tomando corpo no país a proposta de municipalização do ensino básico — que se apóia numa lógica impecável. O ensino básico precisa ser uma rede tão diversificada que o controle central, vindo do plano federal ou mesmo estadual, tem algo de impraticável ou de utópico.

Mas seria colocar o carro adiante dos bois — achar que os municípios — ou mesmo os estados — já têm condições de cuidar, sozinhos, dos seus projetos educacionais. Se isso não acontece no Rio de Janeiro, que dizer da realidade de outros municípios muito mais pobres ou desassistidos?

A liderança precisa vir de cima — através de assessoria técnica ou, até mesmo, financeira. Num país onde a federação funciona de verdade — os Estados Unidos —, os presidentes Reagan e Bush não se furtaram a comandar verdadeiras campanhas destinadas a mudar a face da educação americana, ameaçada por *performances* como a do Japão.

No Brasil, o quadro é muito mais grave; e a disparidade de tratamento, aqui, entre professores do ciclo básico e os das universidades chega a ser chocante. O sistema, como um todo, está atacado de desequilíbrios brutais. Corrigir essas disparidades é a pedra de toque de qualquer projeto educacional que pretenda, realmente, tirar a educação brasileira do atoleiro onde ela se meteu.

10 MAR 1990